

VII Seminário FESPSP - “Juventude, trabalho e profissão: desafios para o futuro no tempo presente”.

28 de outubro a 01 de novembro de 2019

GT 07 - Mídia, política e sociedade

Imprensa e a naturalização da violência contra o movimento secundarista paulista

Vanderlei de Castro Ezequiel¹

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP - FCLAr

Oswaldo Soulé Junior²

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – FCLAr

Resumo: O objetivo deste trabalho foi verificar como a imprensa organiza a argumentação entre diferentes posições-sujeito materializadas no discurso sobre a violência policial contra o movimento estudantil. Para tanto, foram analisadas sequências discursivas extraídas de matérias jornalísticas – publicadas na editoria de educação do jornal Folha de São Paulo – sobre as ocupações de escolas realizadas pelos estudantes secundaristas paulistas em 2015. No *corpus* foram identificadas designações que indicam violações de direitos praticadas pelos policiais contra os estudantes. Constatou-se que a designação confronto, que remete à posição-sujeito do governo estadual, também indica o discurso da imprensa no processo de naturalização da repressão contra os movimentos sociais que demandam por direitos.

Palavras-chave: Questão Social; Movimento Estudantil; Imprensa; Violência; Direitos Humanos.

Introdução

¹ Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – E-mail: vanderlei.ezequiel@unesp.br

² Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – E-mail: oswaldo.soule@unesp.br

No dia 23 de setembro de 2015, o jornal Folha de São Paulo publicou uma reportagem cuja manchete surpreendeu a comunidade escolar da rede pública paulista: “SP vai transferir mais de 1 milhão de alunos para dividir escolas por séries” (MONTEIRO, 2015). Herman Voorwald, então secretário da educação do Estado de São Paulo, anunciava nessa reportagem o projeto chamado “Reorganização Escolar”³. A notícia teve repercussão imediata. Muitos estudantes, professores e pais foram às ruas protestar, realizaram manifestações em espaços públicos e mobilizações nas redes sociais (CAMPOS, 2016). Apesar de toda mobilização, o governo paulista manteve o projeto e os estudantes passaram a ocupar as escolas que seriam reorganizadas ou fechadas. As ocupações foram num crescente até atingir um ápice de mais de 200 escolas ocupadas no mês seguinte (MELITO, 2016). Com o início das ocupações – em 09 de novembro –, o governo paulista aumentou a repressão contra o movimento estudantil: escolas cercadas pela Polícia Militar, impedindo o acesso de apoiadores aos alunos da ocupação; ameaças de expulsão dos alunos que aderissem à ocupação; truculência contra os manifestantes – inclusive menores de idade – no entorno das escolas com bombas e balas de borracha; ameaças de policiais aos secundaristas, pais e professores; detenções ilegais e tortura de alunos. Assim, a repressão contra os secundaristas, guardando as devidas proporções em relação aos acontecimentos de 1968, indica que na disputa entre governo e movimento estudantil o diálogo continua sendo a violência (VALLE, 2016). Dessa forma, considerando que a maioria dos estudantes do ensino público paulista é oriunda das classes sociais mais pobres, Ezequiel (2005) afirma: “Evoca-se o passado quando a pobreza era concebida como caso de polícia, ao invés de ser objeto da ação do Estado no atendimento às necessidades básicas da classe trabalhadora” (EZEQUIEL, 2005, p. 72).

Percebe-se, diante dessas preocupações, principalmente em relação ao direito social da educação e ao contexto social dentro da escola e seu entorno, a importância de se pesquisar as expressões da questão social no contexto da escola pública. Como afirma Catini & Mello (2016), “As condições degradadas de

³ O Projeto de Reorganização escolar proposto pelo Governo do Estado de São Paulo, que deveria ser implementado em 2016, resultaria em 754 escolas de ciclo único, com o remanejamento compulsório de 311.000 (trezentos e onze mil) alunos. Os impactos do projeto atingiriam diretamente a vida funcional de 74.000 (setenta e quatro mil) professores e o fechamento de 94 (noventa e quatro) escolas.

escolarização da rede pública paulista têm demonstrado que, do ponto de vista da gestão, o simples acesso à escola tornou-se sinônimo de direito à educação” (CATINI; MELLO, 2016, p. 1187). De mesma forma, Andrade (2017) lembra que a escola não está isolada do contexto social em que se insere:

A escola apresenta inúmeras questões que ultrapassam os limites da formação pedagógica e escolar, já que se trata de um espaço múltiplo que a cada dia se transforma a partir da realidade societária. Certamente expressões da questão social estão presentes na família, na comunidade e nas relações, e acabam sendo levadas e vivenciadas também no espaço escolar, uma vez que os sujeitos não se distanciam do que vivem a partir do momento em que frequentam a escola (ANDRADE, 2017, p. 30).

Neste trabalho, pretende-se analisar o discurso “sobre” os secundaristas paulistas e não o discurso “dos” secundaristas. Assim, os discursos sobre são discursos intermediários, aqueles que ao falarem sobre um discurso se situam entre este e o interlocutor, qualquer que seja ele. Dessa forma, entende-se que o discurso jornalístico funciona como uma modalidade de discurso *sobre*. Especificamente, este trabalho vai examinar duas diferentes designações que remetem à luta pelo direito à escola pública: confronto e repressão. Para realizar a análise, serão investigadas sequências discursivas recortadas de matérias jornalísticas, publicadas na editoria de educação do jornal Folha de São Paulo (doravante chamado FSP).

O trabalho inicia com breve referencial teórico sobre questões sociais, segue com a apresentação de conceitos da Análise de Discurso de linha francesa e apresenta uma discussão crítica da imprensa. Em seguida, apresenta o corpus do trabalho contendo sequências discursivas extraída de matérias jornalísticas publicadas no jornal Folha de São Paulo. Segue com uma discussão sobre a violência policial contra os estudantes e encerra com uma análise crítica do discurso da imprensa sobre os movimentos sociais e as manifestações da questão social.

Questão social

A expressão “questão social”, de modo geral, começou a ser utilizada na terceira década do século XIX, e surgiu como consequência dos impactos causados

pela primeira onda industrializante na Europa Ocidental. Dessa forma, entende-se que a questão social é um conjunto de problemáticas sociais, políticas e econômicas gerado pelo surgimento da classe operária dentro da sociedade capitalista. Importante ressaltar que sua origem, ligada ao continente europeu, refere-se ao processo de desenvolvimento do próprio capitalismo.

No Brasil, a noção de pobreza é ampla e ambígua, além de supor gradações. A pluralidade de situações que comporta desafia estudiosos e sociólogos e estimula a apreensão de uma concepção relativa. De maneira geral, a pobreza é medida com auxílio de indicadores de renda – tendo por base o salário mínimo –, condição de emprego e usufruto de recursos sociais que interferem na determinação do padrão de vida: moradia, saúde, educação, transporte, entre outros. Mesmo possuindo critérios heterogêneos, marcados por uma visão economicista, existe um consenso de que pobres são aqueles que não têm acesso a um mínimo de bens e recursos, seja em situação permanente ou temporária, sendo, por isso, considerados excluídos da riqueza socialmente produzida. Assim, pobres são os desempregados ou subempregados; os que estão incluídos nas faixas mais baixas de renda; aqueles que estão privados dos meios de prover a própria subsistência e que, por isso, não sobrevivem sem ajuda. Yazbek (1993) entende que a experiência da pobreza “é ainda a experiência da desqualificação dos pobres por suas crenças, seu modo de expressar-se e seu comportamento social, sinais das ‘qualidades negativas’ e indesejáveis que lhes são conferidas por sua procedência de classe” (YAZBEK, 1993, p.62).

Nesse contexto, as desigualdades sociais não são reduzidas, ao contrário, se agravam, pois,

Vários itens da questão social atravessaram a história do Brasil: a luta pela terra, o direito de greve, as garantias de emprego, o acesso à saúde, educação, alimentação e habitação, as reivindicações do movimento negro, o problema indígena (EZEQUIEL, 2015, p. 96).

Dessa forma, perpetuam-se as condições para existência da não-cidadania que, segundo Telles (2006), é o lugar no qual “a pobreza vira ‘carência’, a justiça se transforma em caridade e os direitos em ajuda, a que o indivíduo tem acesso não

por sua condição de cidadania, mas pela prova de que dela está excluído” (TELLES, 2006, p. 95).

No atual contexto político-social brasileiro, a “questão social” passa a ser (novamente) objeto de violento processo de criminalização. Para Octávio Ianni, dentre as explicações que naturalizam a “questão social”, uma tende a transformar as manifestações da “questão social” em problemas de violência com a óbvia resposta: segurança e repressão.

Toda manifestação de setores sociais subalternos na cidade e no campo pode trazer o “gérmen” da subversão da ordem social vigente. A ideologia das forças policiais e militares, bem como de setores dominantes e de tecnocratas do poder público, está impregnada dessa “explicação” (IANNI, 1992: 100).

Assim, a noção de “classes perigosas” – não mais classes proletárias – é recriada e sujeita à repressão e extinção. Evoca-se o passado quando a pobreza era concebida como caso de polícia, ao invés de ser objeto da ação do Estado no atendimento às necessidades básicas da classe trabalhadora.

Atualmente, são amplamente conhecidas as condições de precariedade de grande parte da oferta de ensino público no Brasil, sempre carente de maiores investimentos e priorização. Projetos governamentais ancorados na ideologia neoliberal de mercantilização e privatização da educação vão de encontro à necessidade de uma política educacional implementada para superar as discriminações e reduzir as desigualdades.

Embora a escola não seja a origem dos problemas, ela os reflete. É deste lugar chamado escola que se tem uma compreensão do problema da educação pública. Para Peregrino (2006),

É ali, quando tudo começa, que percebemos as interdições, degradações e injustiças que passarão a demarcar os contornos dessas vidas em seu início. Assim, se a escola não produz as condições que delimitarão daí por diante as vidas “que começam”, ela, com certeza, as reproduz. A escola, portanto, não é o início do ciclo onde tudo começa, mas demarca o espaço de conservação e de “perpetuação” do

movimento: quando tudo re-começa (PEREGRINO, 2006, p. 12).

Análise de discurso

De acordo com Orlandi (2010), a Análise de Discurso⁴ tem como propósito “a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos”. Essa compreensão, ainda segundo a autora, “implica em explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido. Produzem-se assim novas práticas de leitura” (ORLANDI, 2010, p. 26-27). Para Orlandi, os dizeres não são apenas mensagens passíveis de decodificação, mas efeitos de sentidos produzidos em condições determinadas, e que deixam vestígios no modo como se diz,

São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele (ORLANDI, 2010, p. 30).

Entretanto, não existem sentidos “literais” arquivados em algum compartimento do cérebro e que “aprendemos” a utilizar. A constituição dos sentidos e dos sujeitos se dá em processos, nos quais coexistem os jogos simbólicos – que não temos o controle – e o equívoco, por meio do trabalho da ideologia e do inconsciente. Dessa maneira, pode-se afirmar que as visões de mundo se materializam na linguagem em suas diferentes manifestações: a verbal, a visual, a gestual, etc. A maneira de pensar o mundo, numa dada época, subordina-se aos temas e figuras estabelecidos por essas visões de mundo. Assim, a maior parte dos discursos produzidos numa formação social concreta repete esses temas e figuras. Com relação à Formação Discursiva (também representada por FD), Fiorin afirma que,

⁴ Para simplificar a leitura, daqui em diante Análise de Discurso passa a ser denominada por AD.

Temos, então, que considerar a formação ideológica como uma visão de mundo, ou seja, o ponto de vista de uma classe presente numa determinada formação social, e a formação discursiva como o conjunto de temas e figuras que materializam uma dada formação ideológica. (FIORIN, 1988, p. 14).

Dessa forma, entende-se que o texto é também um lugar de manipulação consciente, onde o sujeito falante organiza recursos de expressão para veicular, da melhor maneira possível, determinados discursos. O sujeito de uma dada formação social tem na FD a matéria-prima para elaborar seus discursos. No geral, ele reproduz em seus discursos as figuras e os temas presentes nos discursos dominantes de uma dada época, num determinado espaço geográfico. Entende-se, então, que “O enunciador real sempre vocaliza as formações ideológicas existentes na formação social em que vive” (FIORIN, 1988, p. 16).

Embora seja depositário de várias FDs presentes numa formação social concreta – dividida em classes sociais distintas – o enunciador, sendo um ser social, geralmente é suporte apenas da FD dominante, que materializa a formação ideológica dominante.

Outra noção importante no âmbito da AD é a de Condições de Produção do discurso. As Condições de Produção (doravante CP) trazem para o discurso os lugares sociais e suas representações, e também as relações de força e as relações de mundo da sociedade, independente da dimensão contextual – estrita ou ampla. Como afirma Brandão, as CP “constituem a instância verbal de produção do discurso, o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam e a imagem que fazem de si, do outro e do referente” (BRANDÃO, 2004, p. 105).

Conforme Orlandi (2010), o sentido estrito das CP refere-se ao contexto imediato da enunciação, enquanto o sentido amplo inclui os contextos sócio-histórico e ideológico. As CP em sentido amplo abrangem, além do contexto sócio-histórico, também do imaginário produzido pelas instituições, sobre o já-dito, sobre a memória. Para Orlandi, essa “memória do dizer” refere-se ao interdiscurso, ou seja, ao exterior constitutivo do discurso.

O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas

palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras (ORLANDI, 2010, p. 33-34).

Responsável pelos sentidos que provêm de outro lugar, esse exterior constitutivo revela a necessidade dos movimentos parafrásticos e polissêmicos para a constituição dos sentidos. Entende a autora que o sentido surge a partir de deslocamentos do já-dito, em outras palavras, da memória do dizer. Sobre o interdiscurso, Orlandi (2010) relaciona-o a um eixo de constituição, “um eixo vertical onde teríamos todos os dizeres já ditos – e esquecidos – em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível” (ORLANDI, 2010, p. 32-33). Já o eixo horizontal – intradiscurso⁵ – refere-se à formulação, isto é, “aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas” (ORLANDI, p. 33). Dessa forma, toda enunciação encontra-se no cruzamento dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualização do já-dito (formulação).

A posição-sujeito⁶ da imprensa

O conhecimento da realidade, na sociedade contemporânea, constitui-se preferencialmente a partir da recepção das formas simbólicas veiculadas pela mídia. A prevalência das tecnologias de comunicação e a facilidade de acesso à informação afetam a vida no espaço público, conferindo cada vez mais importância à mídia. Para Vera Chaia,

A mídia deve ser analisada nesta diversidade de possibilidades: informando e formando a opinião pública. As

⁵ Para Maingueneau, intradiscurso “opõe-se ao interdiscurso como as relações entre os constituintes do discurso opõem-se às relações desse discurso com outros” (MAINGUENEAU, 2000, p.90).

⁶ De acordo com Orlandi (1999), “Pensando-se a subjetividade, podemos então observar os sentidos possíveis que estão em jogo em uma posição-sujeito dada. Isso porque, como sabemos, o sujeito, na análise de discurso, é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso. Essa projeção-material transforma a situação social (empírica) em posição-sujeito (discursiva). Vale lembrar que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia. Se, na Psicanálise temos a afirmação de que o inconsciente é estruturado como linguagem, na Análise de Discurso considera-se que o discurso materializa a ideologia, constituindo-se no lugar teórico em que se pode observar a relação da língua com a ideologia” (ORLANDI, 1999, p. 11).

representações construídas pela mídia tornaram-se fundamentais nas experiências individuais e sociais na contemporaneidade (CHAIA, 2004, p. 23).

Entretanto, o significado das informações que circulam através da mídia necessita ser avaliado, pois como afirma Chaia (2004), se por um lado a presença intensa da mídia na vida das pessoas favorece o acúmulo de informações, ampliando as possibilidades simbólicas dos indivíduos e favorecendo a reflexão, por outro, “pode trazer consequências negativas ao introduzir mensagens ideológicas” (CHAIA, 2004, p. 22-23).

A imprensa, ator privilegiado da mídia na produção e circulação de informação, seleciona e prioriza notícias seguindo critérios dos chamados *gatekeepers* (porteiros), constituindo uma “praça pública seletiva” (SILVA, 2002, p. 52). Repórteres, editores, proprietários dos jornais, *lobbies* influenciam e condicionam a inclusão ou exclusão de determinadas matérias, consumando um complexo processo de elaboração. Conseqüentemente, o recorte que o jornalista realiza para escolher o assunto que irá trabalhar permite selecionar e construir o enfoque que deverá privilegiar em sua matéria. Para Luiz Martins Silva, “A seletividade é uma condição própria da mídia, cujas escolhas sempre obedecem a critérios de noticiabilidade, audiência ou pura espetacularização” (SILVA, 2002, p. 53). A seleção do que será noticiado, ainda segundo o autor, envolve um “processo complexo e sujeito, em todo o seu percurso, a pressões e condicionamentos políticos, ideológicos e econômicos” (SILVA, 2002, p. 126). São eles: a elaboração da pauta; escolha das fontes; cortes da realidade; prioridades atribuídas; ângulos de cada matéria; forma como o real é submetido ao texto; enquadramentos; ênfases efetuadas por diagramadores e editores. Motta (2002) entende que tal processo: “expressa o exercício explícito do poder, assim como pode ser tomado como um sutil momento de expressão concreta da ideologia” (MOTTA, 2002, p. 126). Além da seleção, as notícias frequentemente sofrem transformações para torna-las mais interessantes ao público: “ênfase em dramas e conflitos; personalizar as notícias apresentando pessoas concretas na representação das instituições, ideias e outras formas impessoais que por elas mesmas são difíceis de visualizar; reduzir assuntos à simples histórias com moral” (CHAIA, 2004, p. 16).

De acordo com Charaudeau (2012), relatar um fato consiste em “exercer suas faculdades de raciocínio para analisar o porquê e o como dos seres que se acham no mundo e dos fatos que aí se produzem” (CHARAUDEAU, 2012, p. 175). Assim, o relato é uma atividade discursiva que propõe uma visão de mundo de ordem do *constativo*. Pode ser descrito como sucessão de ações cuja lógica depende dos atores que implica, sendo que o mundo relatado é apenas um testemunho possível da experiência humana. Cada indivíduo pode projetar-se no mundo relatado, ou rejeitá-lo. Neste sentido, Indursky (2003) lembra que: “O discurso da mídia, ao fazer sua argumentação, apaga possíveis diferenças, possíveis nuances. Em sua ótica, fica apenas uma única leitura, que é dada como a leitura” (INDURSKY, 2003, p. 62).

No campo jornalístico existem regras que determinam o que é legítimo ser falado, além disso, esse campo é atravessado por disputas originadas pela variação de posição dos agentes em relação à aceitação, ou não, das demandas mercadológicas.

As falas num jornal estão ligadas à complexa rede de interesses que existem na atividade jornalística. Quem fala num jornal, fala a partir de relações objetivas de dominação, subordinação, complementaridade ou antagonismo, ou seja, fala a partir de posições sociais diferentes, que detêm ou não os diversos capitais (AMARAL, 2005, p. 111).

A seguir será apresentado o corpus do trabalho contendo sequências discursivas extraída de matérias jornalísticas publicadas no jornal Folha de São Paulo.

Designações antagônicas

Para composição do *corpus*, foram analisadas todas as matérias publicadas na editoria de educação do jornal Folha de São Paulo, no período de 23 de setembro a 05 de dezembro de 2015. Dentre as matérias publicadas no período, foram selecionadas aquelas que continham os termos: “estudantes” e “reorganização”, totalizando 120 matérias. Destas, foram selecionados os títulos das matérias jornalísticas publicadas entre 10 de novembro e 5 de dezembro, período

que compreendeu as ocupações de escolas⁷, num total de 45 matérias. Desse total, 16 títulos explicitam a ações da PM contra os manifestantes, em sua maioria estudantes secundaristas. Para composição dos recortes utilizados neste texto, orienta-se pela proposta de Orlandi (2010), que postula que essa delimitação não segue critérios empíricos, mas teóricos⁸.

Tabela 1 – Ação da PM contra manifestantes (Elaborada pelo autor)

Data da Matéria	Título da matéria
09/10/2015	Protesto de alunos contra mudança nas escolas de SP tem dois detidos
15/10/2015	PM usa bomba para dispersar alunos em frente à sede do governo paulista
10/11/2015	Governo corta água, mas alunos dizem que vão passar noite em escola de SP
11/11/2015	Para Alckmin, tem política misturada a atos contra fechamento de escolas
11/11/2015	PM usa spray de pimenta em alunos que invadiram escola na zona oeste de SP
14/11/2015	Após PM desfazer cerco, escola invadida em SP tem clima tranquilo
14/11/2015	Professores ficam feridos durante confusão com PM em escola invadida
24/11/2015	PM detém alunos que tentavam invadir escola onde estudou José Serra
01/12/2015	polícia entra em confronto com estudantes durante Protesto em SP

⁷ No dia 9 de novembro de 2015, a Escola Estadual Diadema, na Grande São Paulo, foi ocupada pelos alunos. No dia seguinte, a Escola Estadual Fernão Dias Paes, situada no bairro de Pinheiros, em São Paulo também foi ocupada. Na sequência outras escolas foram alvo dos estudantes, atingindo um ápice de mais de 200 escolas ocupadas no mês seguinte.

⁸ Sabe-se que a escolha de um objeto a ser analisado, utilizando-se a fundamentação teórica da Análise de Discurso, não pode ser aleatória. Dessa forma, os recortes têm que vir com os objetivos propostos pelo analista. Conforme Orlandi (2010), o objeto discursivo não é dado, ele supõe um trabalho inicial do analista. Num primeiro momento de análise, é preciso converter o corpus bruto, empírico em um objeto teórico.

01/12/2015	Vídeo mostra confronto entre policiais e alunos em escola no centro de SP
02/12/2015	PM intervém com bombas para liberar bloqueio de alunos em Pinheiros
02/12/2015	PM intervém e acaba com bloqueio de 30 estudantes em avenida de SP
02/12/2015	Quatro detidos em Protesto estudantil são liberados pela polícia
03/12/2015	Em 'dança das cadeiras', alunos escapam da PM e discutem com motoristas
03/12/2015	PM não desocupará escola, mas desbloqueará via, diz secretário
05/12/2015	Radicalização dos Protestos e ação da PM forçaram recuo de Alckmin

Fonte: Jornal Folha de S.Paulo

A utilização da designação “confronto”, ao se referir à ação dos policiais contra os estudantes, com todos os efeitos de sentido que dela provêm, está garantida por um discurso que imobiliza a noção de direito à educação, e naturaliza a violência contra os estudantes. Esse posicionamento retira a demanda da esfera jurídica e administrativa e lança-a na esfera policial. Afinal, o confronto com a força policial retira a legitimidade do movimento estudantil.

Dessa forma, as sequências discursivas com a designação “confronto” representam o discurso da imprensa como negação do movimento estudantil. Este discurso está inscrito na FD conservadora que salienta o direito do governo estadual em organizar a rede de ensino e administrar o patrimônio público, neste caso, os estabelecimentos de ensino. Além disso, não considera o direito dos estudantes em participar das decisões sobre o destino das escolas. Por outro lado, este discurso deixa na sombra o direito à educação pública, gratuita e de qualidade, que implica a oferta de vagas em condições adequadas às necessidades dos estudantes, principalmente, em relação à distância entre a escola e a residência do aluno. Não se pode negar que a imprensa dá visibilidade ao litígio, porém, ao fazê-lo, o faz de

um lugar⁹ identificado com o discurso do governo. Neste sentido, não é possível alegar neutralidade da imprensa.

Porém, a evolução das novas tecnologias de comunicação e a expansão do acesso à Internet e às redes sociais, permitem novas formas de resistência:

Graças à ativa entrada dos pobres nas redes sociais, começam a ser desmontadas as mentiras veiculadas pelas assessorias de imprensa das polícias em conluio com uma imprensa desqualificada e adepta de soluções fáceis e apurações “por telefone” (CAPRIGLIONE, 2015, p. 59).

O governo paulista distorcendo o conceito criado por Max Weber – para quem o Estado exerce o monopólio legítimo do uso da força física para manter a ordem – utiliza a violência para reprimir manifestações legítimas dos estudantes. A atuação da polícia para “impor a ordem” durante as manifestações dos estudantes – principalmente, nas desocupações de escolas e destravamento de avenidas –, mesmo se considerada legítima, deveria seguir um planejamento e uma organização tal que permitisse a preservação ampla de direitos dos envolvidos. Como afirma o coronel Íbis Pereira,

A ordem social fundada na exclusão é necessariamente violenta na proporção da ruína que acumula, na forma das vidas sem poder de realização. Sua estabilidade acontece – e só pode acontecer – ao preço de muito ódio acumulado e desconsideração pelos mecanismos que a regulam. A paz, neste caso, é apenas um estado de violência intermitente, a modificar as subjetividades, fomentando hábitos e relações sociais propensas a beligerância (PEREIRA, 2015, P. 41-42).

Mesmo de posse de ordem judicial, a solução da situação de conflito deveria priorizar as negociações, com todos os meios institucionais possíveis de resolução. Neste contexto, recorda-se, aqui, o pensamento de Octavio Ianni, que afirmava que no Brasil,

⁹ Conforme Orlandi (2010), “podemos dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz [...] Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na ‘comunicação’” (ORLANDI, 2010, p. 39-40).

Em geral, os setores sociais dominantes revelam uma séria dificuldade para se posicionar em face das reivindicações econômicas, políticas e culturais dos grupos e classes subalternos. Muitas vezes reagem de forma extremamente intolerante, tanto em termo de repressão como de explicação. Essa inclinação é muito forte no presente, mas já se manifestava nítida no passado (IANNI, 2004, 109).

Embora a criminalização contra os movimentos sociais e a pobreza tenha sido uma constante na história do Brasil, nos últimos anos a lógica de repressão e violência chegou a níveis alarmantes, culminando com a pavorosa tentativa do Poder Executivo de editar uma “lei Antiterrorismo”¹⁰.

Importante notar que, os movimentos sociais representam as parcelas consideráveis de sociedade brasileira que se encontram em posição subalternizada e que seguem lutando por melhores condições de vida. Uma luta contra todas as estruturas que, injustificadamente, privilegiam alguns setores da sociedade. Não raro, esses movimentos denunciam que a ordem jurídica tem sido utilizada como instrumento de obstrução, visando impedi-los de apontar os desarranjos culturais, sociais e políticos da sociedade brasileira, bloqueando assim suas reivindicações por direitos. Não permitir a visibilidade dos movimentos sociais faz parte de um processo de cerceamento dos subalternizados, como afirma

A invisibilidade da realidade da periferia é parte do mecanismo que permite a supressão de direitos. Só reivindica direitos quem é visível no campo do debate democrático. Tornar invisíveis os problemas vividos pelos moradores da periferia é uma forma de eludir suas reivindicações (CAPRIGLIONE, 2015, P. 57).

Por outro lado, a ação dos movimentos sociais que demandam por direitos está amparada pela Constituição Federal, que estabelece os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (art. 3º.): I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem

¹⁰ Ver Lei Nº 13.260, DE 16 DE MARÇO DE 2016.

de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Além disso, assume-se que parte da revolta estampada nas manifestações dos movimentos sociais é, em grande medida, uma reação contra a violência institucional e o desrespeito reiterado por parte dos órgãos governamentais à implementação as políticas públicas essenciais à efetivação dos direitos sociais¹¹.

A despeito das políticas públicas sociais implementadas e dos discursos dos governantes e empresários “preocupados com o social”, nos últimos anos, observa-se um crescimento das taxas de desemprego e o aumento da precariedade das condições de trabalho, entendendo que tais questões estão diretamente ligadas à regressão dos direitos sociais.

Não é confronto, é repressão!

Essa designação: reprimir não consta nas sequências discursivas selecionadas para este trabalho. Ela é subentendida a partir do silenciamento proposital da posição-sujeito imprensa. Como lembra Orlandi (2010), não há outra forma de trabalhar o não-dito em Análise de Discurso, a não ser como manifestação do silêncio.

Este [silêncio] pode ser pensado como respiração da significação, lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. É o silêncio como horizonte, como iminência de sentido. Esta é uma das formas de silêncio, a que chamamos silêncio fundador: silêncio que indica que o sentido pode sempre ser outro (ORLANDI, 2010, p. 83).

A autora também afirma que, “As relações de poder em uma sociedade como a nossa produzem sempre a censura, de tal modo que há sempre o silêncio acompanhando as palavras. Daí que, na análise, devemos observar o que não está sendo dito, o que não pode ser dito etc.” (ORLANDI, 2010, p. 83)

¹¹ Sabe-se que os direitos sociais dizem respeito ao atendimento das necessidades humanas básicas: alimentação, saúde, habitação, etc. Existem para garantir as condições físicas do trabalhador, e se expressam no direito ao trabalho, a um salário decente e ao que se denomina salário social, relativo ao direito a saúde, educação, habitação, etc.

Dessa forma, as sequências discursivas aqui analisadas silencia quanto às ações de repressão contra os estudantes secundaristas. Por outro lado, os sentidos também são produzidos a partir da história. Assim, o não-dito¹² neste discurso remete à repressão que se seguiu ao golpe de 1964¹³ contra o movimento estudantil e movimentos sociais em geral.

Durante o processo discursivo, não é um locutor que se faz presente, mas um sujeito historicamente determinado que, dessa maneira, diz apenas o que sua posição-sujeito lhe determina/permite dizer. Além disso, ignora/silencia os argumentos do outro sujeito histórico, desqualificando os saberes deste outro, seu antagonista ideológico.

Sobre a participação dos grandes periódicos nacionais – a Folha de São Paulo era um deles – na cobertura dos acontecimentos envolvendo o confronto entre o movimento estudantil e o governo autoritário em 1968, Maria Ribeiro do Valle (2016) observa a importância da imprensa na conformação da opinião pública:

Em nenhum momento tratados como meros observadores, nem mesmo como participantes indiretos por seu poder de manipular o real e influenciar a opinião pública, estes últimos [grandes periódicos nacionais] saltam do texto como personagens “coadjuvantes” do drama em curso: tomam partidos, recebem o impacto dos acontecimentos, mudam de “olhar” e reformulam suas técnicas de intervenção, contribuindo para criar fatos políticos novos e sofrendo suas consequências (VALLE, 2016, p. 15).

As inúmeras imagens de “confronto” entre a Polícia Militar e os estudantes secundaristas – amplamente divulgadas na grande mídia e, principalmente, nas redes sociais – exibem cenas recorrentes: dezenas de policiais militares devidamente paramentados, portando escudos e cassetetes, partindo para cima de

¹² Consideramos que há sempre no dizer um não-dizer necessário. Quando se diz “X”, o não dito “y” permanece como uma relação de sentido que informa o dizer de “x”. Isto é, uma formação discursiva pressupõe uma outra [...] Em outras palavras, o interdiscurso determina o intradiscursos: o dizer (presentificado) se sustenta na memória (ausência) discursiva (ORLANDI, 2010, p. 82-83).

¹³ De acordo com Edson Teles, “No Brasil, tivemos uma longa ditadura instaurada com o golpe militar de 1964 e que, desde seu início, optou por reprimir brutalmente os opositores e praticar violações aos direitos fundamentais” (TELLES, 2010, p. 299-300). Para Cláudio Coelho, “A dimensão fortemente repressiva da ação do Estado durante a ditadura militar, particularmente durante a vigência do AI-5, é consequência da incapacidade da burguesia de exercer sua hegemonia sobre a sociedade civil, sobre os aparelhos ideológicos de Estado (COELHO, 2004, p. 32).

alunos menores de idade. Além disso, a conhecida truculência da polícia militar paulista, utiliza bombas de efeito moral, balas de borracha e spray de pimenta contra estudantes desarmados. Isso, ao contrário do que é registrado nas páginas da imprensa, não é “confronto”, trata-se de autêntica repressão contra o movimento estudantil.

Dessa forma, entende-se que a polícia reprimiu os manifestantes, pois os estudantes não possuíam a menor condição de enfrentar, ou confrontar, a força policial. No máximo, os secundaristas conseguiam correr, fugir do ataque dos policiais.

Fato incontestável, quanto mais o governador Alckmin falava em diálogo, mais a polícia reprimia o movimento estudantil nas escolas e nas ruas. E como a ação da PM não coincidia com o discurso oficial do governo paulista, o cinismo das autoridades públicas aumentou ainda mais a tensão entre estudantes e apoiadores do movimento. Dessa forma, a possibilidade de realmente existir uma negociação entre as partes ficou ainda mais distante.

O verbo confrontar, de acordo com a língua portuguesa, significa “pôr frente a frente; enfrentar”. O verbo também pode significar “briga”. Dessa forma, os títulos de algumas matérias jornalísticas selecionadas para compor o corpus deste trabalho não refletem a realidade dos fatos: “Polícia entra em confronto com estudantes durante’ Protesto em SP”; “Vídeo mostra confronto entre policiais e alunos em escola no centro de SP”; “Professores ficam feridos durante confusão com PM em escola invadida”.

Mais coerentes com a ação da PM, o termo reprimir significa: “fazer parar a ação ou movimento; ameaçar ou punir; sufocar (emoção, desejo etc.) conter-se, frear-se” (HOUAISS, 2003, P. 451). Esses são os verbos que melhor representam a atuação da força policial para “controlar” a manifestação dos estudantes. Bombas de efeito moral, cassetetes, balas de borracha e spray de pimenta são as armas utilizadas pela tropa para dispersar estudantes adolescentes. Isso demonstra que a Secretaria de Segurança ainda não sabe como lidar com manifestações democráticas demandantes por direitos.

Direitos humanos confrontado

Em contrapartida, mais de 50 coletivos e entidades ligadas aos direitos humanos – entre eles a ONG Conectas, Instituto Alana, Artigo 19 e o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais –, emitiram um manifesto de repúdio a ação truculenta da PM paulista e seu abuso de autoridade. No documento, as entidades questionam a criminalização de cidadãos que manifestam opção político-ideológica ou atuam junto a sindicato dos professores – a Apeoesp – e questionam: “[...] apoiar manifestações por um ensino de qualidade nas escolas públicas é crime?” (ROSSI, 2015, p. 1).

Além disso, o manifesto também denuncia uma “manobra” dos agentes públicos responsáveis pela confecção dos boletins de ocorrência (BO) das pessoas que foram detidas nos atos de estudantes. Nesses, não constam os depoimentos dos próprios detidos, registrando apenas acusações feitas pelos policiais militares. Propositadamente, os interrogatórios dos detidos e os depoimentos das testemunhas e foram ignorados nos BOs. O Manifesto também acusa a perseguição aos movimentos sociais:

Existe um projeto político claro em andamento de combate ao “inimigo interno” da (in)segurança pública, a bola da vez, os estudantes como a caracterização atual do povo tratado como questão de polícia, os estudantes como os novos “inimigos do Estado”. Esse modelo de (in)segurança pública é herdado de uma construção histórica de repressão aos movimentos populares, desde “Canudos”, passando pelos operários grevistas e chegando hoje à resistência dos estudantes secundaristas: a questão social continua sendo caso de polícia (ROSSI, 2015, p. 1).

Após os atos de violência e repressão cometidos contra os estudantes secundaristas paulistas durante as manifestações, o Comitê de Mães e Pais em Luta¹⁴ em parceria com a ARTIGO 19¹⁵ – além de três estudantes secundaristas que

¹⁴ O Comitê de mães e pais em luta constituiu-se como um grupo de apoio aos estudantes em luta, em defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade. Criado em 08/12/15, por mães, pais, professores e apoiadores de várias escolas ocupadas, em reunião na E.E. Fernão Dias Paes, o Comitê de Mães e Pais em Luta: a formalização de uma rede que já existia, ainda que de maneira informal. Dentre seus objetivos, consta: “repudiar, de todas as formas a seu alcance, a violência policial e o abuso de autoridade, fortalecendo os estudantes em seu direito legítimo de manifestação e atuando ativamente na luta pelos direitos humanos, tanto dos estudantes quanto de forma mais

participaram dos protestos e uma mãe – apresentou, em 21 de dezembro de 2015, denúncia perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos¹⁶ contra Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Na denúncia são apontados inúmeros casos de violações à Convenção Americana sobre Direitos Humanos cometidos durante os protestos dos estudantes secundaristas e ocupações de escolas contra o projeto de reorganização escolar proposto pelo governo paulista. Além de expor a violação de direitos e violência contra os estudantes, o documento também denunciava a criminalização do movimento estudantil por parte do governo paulista.

A principal preocupação do Comitê de Mães e Pais em Luta era com a integridade física e psicológica dos estudantes envolvidos no movimento contestatório, protegendo-os também no pós-manifestação, de eventuais retaliações por parte da administração das escolas e perseguições de policiais militares.

Desde o início dos protestos dos secundaristas, em meados de outubro de 2015, mais de 100 estudantes foram detidos, além de inúmeras violações a direitos humanos cometidas pela polícia militar nos protestos e nas ocupações de escolas. Foram incontáveis os casos de agressões físicas e psicológicas, além do “vigilantismo” contra os estudantes, confirmando a desproporcionalidade do uso da força policial.

Conclusão

Neste trabalho foram analisadas duas designações diferentes e opostas: confronto (dito discursivo) e repressão (não-dito discursivo) que remetem ao

geral”. Disponível em: < <https://maesepaisemluta.wordpress.com/historico/>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

¹⁵ A ARTIGO 19 é uma organização não-governamental de direitos humanos nascida em 1987, em Londres, com a missão de defender e promover o direito à liberdade de expressão e de acesso à informação em todo o mundo. Seu nome tem origem no 19º artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. Disponível em: < <https://artigo19.org/a-organizacao/>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

¹⁶ A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) é uma das entidades do sistema interamericano de proteção e promoção dos direitos humanos nas Américas. Tem sua sede em Washington, D.C. O outro órgão é a Corte Interamericana de Direitos Humanos, com sede em São José, Costa Rica. A CIDH é um órgão principal e autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA), cujo mandato surge com a Carta da OEA e com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, representando todos os países membros da OEA. Está integrada por sete membros independentes que atuam de forma pessoal, os quais não representam nenhum país em particular, sendo eleitos pela Assembleia Geral. Disponível em: < <https://cidh.oas.org/que.port.htm>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

funcionamento da imprensa sobre o movimento estudantil, num sentido estrito sensu, e sobre a questão social num sentido lato sensu. Constatou-se que a designação confronto, que refere à posição-sujeito do governo estadual, apoia-se no direito à posse/administração do estabelecimento educacional, enquanto a designação repressão, que remete à posição-sujeito dos estudantes secundaristas, apoia-se no direito à educação. Essas designações mostram esse confronto de discursos, revelando a disputa de sentidos nas páginas do jornal paulista.

Os argumentos que foram materializados na FSP são antagônicos entre si e representam o importante litígio social sobre a questão da educação no Brasil contemporâneo. Sendo antagônicos, não podem ser mobilizados pelo mesmo sujeito histórico e, dessa forma, só podem encontrar-se reunidos no interdiscurso. Entendendo o interdiscurso como o lugar onde todos os sentidos são possíveis, pois neste ponto os sentidos ainda não passaram pelo crivo de nenhuma FD.

Certamente, as práticas discursivas e não-discursivas dos estudantes secundaristas paulistas podem ser entendidas como atividades políticas, pois pautaram demandas e conferiram maior visibilidade ao movimento. Por outro lado, isso não significa fidelidade quanto aos sentidos que circularam na imprensa, mas o vigoroso sujeito político que emergiu dessa disputa adquiriu a capacidade de produzir cenas polêmicas, demandas e discursos em confronto com seu antagonista, o governo paulista.

Cada atitude dos estudantes e seus apoiadores contra as arbitrariedades e ilegalidades do Estado, transforma-se em importante marco na resistência ao cenário de violações constantes e sistemáticas aos direitos humanos. Somente a luta constante em defesa das conquistas sociais, contra as quais a repressão policial e do Estado voltam sua já clássica estratégia: reprimir com a força, de um lado, desqualificar o discurso dos manifestantes demandantes por direito, por outro, visando desmobilizar os movimentos sociais (entre eles, os estudantes) em luta.

Além de melhor perceber o funcionamento da argumentação na mídia, este trabalho também procurou entender como a questão social, e, em particular, a demanda por educação pública, é representada na imprensa. Outra possibilidade de análise envolve o entendimento das causas sociais da violência contra os secundaristas e, de maneira mais abrangente, contra o movimento estudantil, mas este trabalho fica para pesquisas futuras.

Referências

AMARAL, Márcia F. Lugares de Fala: um conceito para abordar o segmento popular da grande imprensa. **Contracampo**. [online]. 2005, n. 12, pp. 103-114. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/contracampo/issue/view/1004>. Acesso em: 02 mai. 2019.

ANDRADE, G. R. **Expressões da questão social no contexto da escola pública: olhares sobre a gestão escolar**. 2017. 179f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

BRANDÃO, Helena H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2ª. ed. São Paulo: Unicamp, 2004.

CAMPOS, Antônia. M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio. M. **Escolas de luta**. São Paulo: Veneta, 2016.

CAPRIGLIONE, Laura. Os mecanismos midiáticos que livram a cara dos crimes das polícias militares no Brasil. In: KUCINZKI, Bernardo *et al.* **Bala perdida: A violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. São Paulo: Boitempo, 2015.

CATINI, Carolina. R.; MELLO, Gustavo M. C.. Escolas de luta, educação política. **Educação & Sociedade**. [online]. 2016, vol.37, n.137, pp.1177-1202. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v37n137/1678-4626-es-37-137-01177.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2019.

CHAIA, Vera. **Jornalismo e política: escândalos e relações de poder na câmara municipal de São Paulo**. São Paulo: Hacker, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2012.

COELHO, Cláudio N. P. A indústria cultural, a publicidade e a consolidação da hegemonia burguesa no Brasil. **Communicare**, v. 4, n. 2, São Paulo: Cásper Líbero, 2004, p. 29-39.

EZEQUIEL, Vanderlei de C. **A mercantilização das questões sociais e o discurso da “ajuda”**. 2005. 208f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Faculdade Cásper Líbero, 2005. Disponível em: < <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/02/02-A-Mercantiliza%C3%A7%C3%A3o-das-quest%C3%B5es-sociais-e-o-espet%C3%A1culo-da-ajuda.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2019.

_____. Questões sociais e discurso político eleitoral. In: CHAIA, Vera; COELHO, Cláudio; CARVALHO, Rodrigo (Orgs.). **Mídia e política**: estudos sobre a democracia e os meios de comunicação no Brasil. São Paulo: Anita Garibaldi, 2015, p. 95-109.

FIORIN, José Luiz. **O regime de 1964**: discurso e ideologia. São Paulo, Atual, 1988.

HOUAISS, Antônio. **Míni Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2003

IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: Edusc, 2004

INDURSKY, Freda. **Argumentação na mídia**: do fio do discurso ao processo discursivo – um contraponto. Espaços de circulação da linguagem. Santa Maria, n. 27, p. 55-66, jul-dez. 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

MELITO, Leandro. “O movimento secundarista é 100% horizontal”, defende aluno que ocupou colégio em SP. **Empresa Brasil de Comunicação**. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2016/05/ocupacoes-nas-escolas-entenda-o-movimento-estudantessecundaristas>>. Acesso em: 03 mai. 2016.

MONTEIRO, André. 2015. SP vai transferir mais de um milhão de alunos para dividir escolas por séries. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/233990-sp-vai-transferir-mais-de-1-milhao-de-alunos-para-dividir-escolas-por-series.shtml>>. Acesso em: 03/09/2016.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Ideologia e processo de seleção de notícias. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). **Imprensa e poder**. Brasília: Unb/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Do sujeito na história e no símbolo. Escritos n. 4. Campinas: publicação do Laboratório de Estudos Urbanos Nudecri/LABERURB, maio 1999, p. 17-27. Disponível em: < <https://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos4.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2019.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 9ª. ed. Campinas: Pontes Editores, 2010.

PEREIRA, Coronel Íbis. Os lírios não nascem da lei. In: KUCINZKI, Bernardo *et al.* **Bala perdida**: A violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015.

PEREGRINO, M. **Desigualdade numa escola em mudança: trajetórias e embates na escolarização pública de jovens pobres**. Tese (Doutorado em Educação) –

Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. Disponível em: < <http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/703/1/tese.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2019.

ROSSI, Marilene. Os estudantes de São Paulo são tratados como inimigos. **El País**. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/11/politica/1449854456_017857.html>. Acesso em: mai. 2019.

SEGURADO, Rosemary. As ocupações das escolas públicas: estudantes secundaristas na defesa da educação pública de qualidade. In: COELHO, Cláudio N. P.; PERSICHETTI, Simonetta (Org.). **Política, mídia e espetáculo**. 1a.ed. São Paulo: Cásper Líbero, 2018, p. 309-328.

SILVA, Luiz Martins. “Imprensa e cidadania: possibilidade e contradições”. In MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.) **Imprensa e poder**. Brasília: Unb/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais**: afinal de que se trata? Belo Horizonte: UFMG, 2006.

VALLE, M. R. **O diálogo é a violência**: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. 2. reimpressão. Campinas: Unicamp, 2016.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.